

“Em defesa da moral e dos bons costumes”: a censura de periódicos no regime militar (1964-1985)

Adrianna Cristina Lopes Setemy¹

Ao contrário de alguns estudos que vêm na vigilância à moral e aos bons costumes apenas uma estratégia para encobrir uma censura que, na realidade, estaria voltada apenas para temas políticos, revisitamos os anos do regime militar no Brasil, para que pudéssemos compreender de que maneira, nesse período, a censura de costumes, que já era uma prática antiga e incorporada à cultura política brasileira, foi absorvida e reestruturada pelo grupo que estava no poder a fim de atender tanto aos ditames da Doutrina de Segurança Nacional como também às demandas de setores conservadores da sociedade, no sentido de controlar a circulação de periódicos que abordassem temas considerados ofensivos à moral e aos bons costumes, tais como a emancipação feminina, o uso da pílula anticoncepcional, a busca de satisfação sexual, o divórcio, a propagação das drogas e a insatisfação dos jovens diante das velhas estruturas sociais. Para que pudéssemos conhecer a maneira como os leitores de revista dos anos 1960 receberam as notícias e os debates acerca das transformações nos padrões de comportamento e relacionamento, analisamos as matérias publicadas nas revistas *Manchete*, *Realidade* e *Ele Ela* da década de 1960 e, em seguida avaliamos como esses três periódicos foram atingidos pela estrutura “legal” e altamente burocratizada da censura de costumes.

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar como se deu o processo de articulação, institucionalização e normatização da censura de temas morais em periódicos de grande circulação e, a partir desse recorte, observar as relações e possíveis espaços de diálogo entre o regime militar, setores da sociedade civil e a imprensa.

O interesse em estudar como se deu a prática desse tipo específico de censura, que visava especialmente os temas considerados ofensivos à moral e aos bons costumes, surgiu a partir de pesquisas preliminares à revista *Realidade* e aos estudos acadêmicos que atribuíam a ela um caráter inovador e arrojado na abordagem de tais temáticas. *Realidade* foi uma importante publicação da Editora Abril que circulou no Brasil de

¹ Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, pesquisadora bolsista da Fundação Biblioteca Nacional, onde desenvolvo o projeto: “Imagens e notícias da guerra: O Brasil na Segunda Guerra Mundial através de periódicos e impressos (1939-1945)”.

1966 até 1976 e que, até hoje, é apontada como um dos marcos de qualidade na história do jornalismo brasileiro. Da leitura de alguns de seus artigos podemos depreender que a imprensa, de fato, mais que um veículo de informação, consiste em um ator político e social do seu tempo, que tanto reflete as contradições e disputas presentes na esfera social, na esfera política e no próprio campo jornalístico em que está inserida, como também atua enquanto agente que produz os acontecimentos, os debates e os conflitos do seu tempo.

Se a princípio a revista *Realidade* me chamou a atenção tanto pelo seu aspecto diferenciado em termos do seu formato e diagramação, da construção textual das suas reportagens, bem como pela dimensão dos seus textos, que eram escritos, geralmente, em tom literário e com um estilo lingüístico sofisticado, em seguida me chamou atenção o fato de que muitos trabalhos acadêmicos de diferentes áreas dos estudos de humanidades, assim como relatos memorialísticos dos jornalistas que participaram da sua redação, procuravam destacar o significado daquela publicação tanto no contexto do regime militar como no âmbito do jornalismo brasileiro, destacando sempre o seu estilo inovador e também o seu caráter “audacioso” e até “transgressor”, em virtude da abordagem que dava às questões pertinentes ao campo político e comportamental. Mais do que ousada, nessas narrativas a revista é caracterizada como “transgressora” da ordem e da moral vigentes, em virtude de dois episódios, pode-se dizer, paradigmáticos no que se refere à censura praticada durante os anos em que o Brasil esteve sob a tutela do regime militar.

O primeiro caso aconteceu em agosto de 1966, quando a revista publicou uma matéria intitulada “A Juventude diante do sexo”, que trazia a primeira parte dos resultados de uma pesquisa onde mil jovens, dentre moças e rapazes do RJ e SP, entre 18 e 21 anos, responderam a um questionário que tinha o objetivo de descobrir o que eles conheciam, falavam e faziam a respeito da sua sexualidade.² Os planos da revista eram apresentar aos leitores, no mês seguinte, setembro de 1966, a conclusão dessa pesquisa, o que, não foi possível, já que a revista recebeu uma advertência do Juiz de menores da Guanabara, Alberto Cavalcanti de Gusmão, comunicando que apreenderia aquela edição da revista caso publicasse a conclusão da tal pesquisa que, do seu ponto de vista era “Obscena” e “chocante”. Diante dessa advertência, a revista *Realidade* respondeu com um editorial, onde explicava aos seus leitores que havia suspenso

² PACHECO, Duarte. A juventude diante do sexo. *Realidade*, São Paulo: Editora Abril, n.5, p. 68-80, Ago. 1966.

temporariamente a publicação da parte final da pesquisa sobre a sexualidade da juventude por não querer entrar em choque com o Juizado de menores da Guanabara.³

Logo em seguida a esse episódio, em janeiro do ano de 1967, a revista *Realidade* se viu mais uma vez exposta à censura aplicada em virtude da moral e dos bons costumes, por ter levado às bancas, naquele mês, uma edição especial toda dedicada ao seguinte tema: “A mulher brasileira, hoje”, na qual, segundo o editorial de apresentação, ela pretendia discutir com seus leitores a revolução tranqüila e necessária, mas nem por isso menos dramática, que a mulher brasileira estava realizando naquele momento.⁴ Entretanto, em São Paulo, o juiz da Vara de menores considerou o conteúdo da revista obsceno, profundamente ofensivo à dignidade e à honra da mulher, bem como ao pudor moral e aos bons costumes. Logo em seguida, novamente o juiz de Menores da Guanabara, Alberto de Gusmão, o mesmo que impediu que a revista publicasse o resultado final da pesquisa “A juventude diante do sexo”, mandou apreender aquela edição especial de *Realidade* na área sob sua jurisdição.

Mas o que diferenciava a revista *Realidade* das demais revistas de grande circulação da época, no que se refere à abordagem de questões comportamentais? Para responder a esse questionamento foi necessário expandir o campo de pesquisa na imprensa da época para além da revista *Realidade* e, para tanto, foram selecionados outros dois títulos que além de publicarem matérias que discutiam questões comportamentais, eram bastante representativos do mercado editorial de revistas que, na década de 1960, se expandia e se diversificava ao mesmo tempo em que se especializava no sentido de atender a um crescente e variado público leitor de classe média-urbana. A revista *Manchete*, publicação da Editora Bloch que já estava no mercado de revistas desde a década de 1950, caracterizava-se por oferecer ao grande público urbano uma fórmula jornalística que consistia na abordagem superficial e generalizada de temas modernos e variados, numa linguagem simples e de fácil leitura, que dava ênfase especial aos recursos fotográficos e às manchetes que deveriam despertar a curiosidade de um público diversificado em virtude do seu caráter sensacionalista. Ainda que ela tenha sido apontada como uma espécie de órgão de propaganda a serviço do regime militar, por enaltecer em muitas de suas matérias as benfeitorias e ações positivas do regime, especialmente no âmbito da economia, a revista *Manchete* não deixou de discutir temas polêmicos relacionados aos novos

³ A juventude diante do sexo. *Realidade*, São Paulo: Editora Abril, n.6, Set. 1966.

⁴ A mulher brasileira, hoje. *Realidade*, São Paulo: Editora Abril, n. 10, p. 20-28, Jan. 1967.

padrões de comportamento e moralidade que emergiam em países como EUA, França, Inglaterra, Suécia e Holanda.

Já a revista *Ele Ela*, que também era uma publicação da Editora Bloch, só chegou às bancas de revista em 1969, num momento em que a indústria editorial se preocupava em sobreviver aos desafios trazidos pelo desenvolvimento e pela difusão de meios de comunicação mais dinâmicos e velozes, como, por exemplo, a televisão, e por isso segmentava cada vez mais seus produtos visando atender de maneira precisa e específica os interesses dos seus leitores, especialmente em função de sua faixa etária e do seu gênero. Embora seja até hoje rotulada como pornográfica, ainda que tenha sido a primeira revista a apresentar a nudez feminina, na verdade o seu projeto editorial original consistia em uma fórmula na qual as imagens deveriam atrair o público masculino, enquanto que os textos deveriam se dirigidos especialmente ao público feminino, visando, dessa forma, conquistar tanto os leitores do sexo masculino através do apelo à sensualidade, como também as leitoras do sexo feminino, através de matérias que ensinavam como conquistar o homem amado, ser atraente e, principalmente, como se comportar a fim de levar o “pão” dos seus sonhos para o altar, claro. Nesse sentido, portanto, a revista *Realidade* não extrapolou limites nem esteve desvinculada da experiência jornalística de seu tempo. O que a diferenciou das demais publicações foi o ajuste que os membros da sua redação, de acordo com a decisão dos diretores e com os diferentes interesses da revista, souberam dar aos temas e questões relacionados aos novos padrões e estilos comportamentais que emergiam naquela década de 1960, de maneira a torná-los mais atraentes e até diferenciados em relação às outras publicações que tratavam, basicamente, dos mesmos assuntos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado, é que o fato daquelas revistas abordarem muitos temas que ainda eram tabus dentro da sociedade brasileira não significava que concordassem com todas aquelas “novidades”, especialmente no que se referia à questão da sexualidade. Em geral, o que se percebe ao ler as matérias referentes ao tema, é que o discurso conservador falava mais alto nas discussões que apresentavam a respeito desses novos valores e novas dinâmicas sociais, o que as caracteriza como um espaço onde emergiam as contradições vivenciadas pela sociedade de então. Assim, ainda que divulgassem e debatessem as conquistas femininas em termos financeiros e sexuais, e os novos valores e aspirações de uma parcela da juventude que desejava romper as malhas apertadas das redes familiares e escolares, elas continuaram a propagar uma linguagem eufemística e neutra para falar de sexo e sexualidade, e a

valorizar ideais de amor romântico, pureza, integridade e fidelidade da mulher, em um mundo onde a virilidade masculina ainda era valorizada e o homossexualismo tratado, invariavelmente, com um tom de estranheza e de sarcasmo, como “doença” ou “desvio de comportamento”.

Paralelamente, pela análise do corpo documental produzido no âmbito da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça⁵, percebemos que o regime militar, desde a sua instalação e mesmo durante o processo de abertura política que resultou na sua retirada negociada do poder, preocupou-se tanto em incentivar o crescimento e a modernização da indústria cultural, como também em elaborar mecanismos legais que lhe permitisse controlar de perto a produção de bens simbólicos e, assim, evitar a divulgação e disseminação de material considerado ofensivo à moral e aos bons costumes.

Com base nessa documentação, foi possível traçar o processo como se deu a estruturação, institucionalização e normatização da censura moral de periódicos, e a partir daí entender de que maneira funcionou esse tipo de censura durante o regime militar. Ao contrário de algumas teses que vêm na vigilância à moral e aos bons costumes apenas uma estratégia do regime para encobrir ou disfarçar uma censura que estaria preocupada unicamente com os temas políticos, a pesquisa aos documentos produzidos no âmbito do governo demonstra que havia, de fato, um interesse e uma preocupação por parte do regime em controlar tanto a circulação de temas políticos, o que era feito de maneira velada e negada perante a opinião pública, assim como um interesse em controlar as publicações que de alguma maneira atentassem contra a moral e os bons costumes, sendo que nesse caso, o regime assumia orgulhosamente a tarefa de censurar, já que a missão era tanto aceita como também reclamada e sugerida por parte da sociedade civil, temerosa de que o relaxamento dos costumes e o abrandamento dos formalismos comportamentais, especialmente entre os jovens, consistisse em uma suposta via de entrada para o comunismo. Nesse caso, a censura de costumes era vista como um instrumento legítimo do qual o regime poderia (e deveria) lançar mão no sentido de garantir a ordem e a segurança nacional.

⁵ As Divisões de Segurança e Informações (DSI) foram implantadas nos Ministérios Cíveis em 1967, no intuito de compor uma abrangente e operante rede de espionagem. Estas repartições públicas se diferenciavam das demais pela presença de militares, por sua “ânsia persecutória” de base anticomunista e pelo cuidado com as normas de sigilo. O fundo documental da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça encontra-se, atualmente, na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Entretanto, através do conteúdo das cartas que eram escritas e enviadas ao regime por aqueles que desejavam uma maior rigidez da censura de costumes, percebemos que a demanda social por esse tipo de controle refletia muito mais a preocupação de alguns grupos em manter os costumes e os valores da família cristã do que, supostamente, o seu apoio ao regime. Ainda que na maioria das cartas esses missivistas se colocassem à disposição das autoridades e do Estado, faziam isso, especificamente, em defesa da moral e dos bons costumes, valor que perpassa a sociedade brasileira independente do regime político em vigor.

Em conjunto, todas as fontes analisadas durante esta pesquisa dão voz a uma variedade de personagens e nos permite perceber a existência de espaços de diálogo entre o regime militar e a sociedade civil, entre o regime militar e a imprensa, entre a imprensa e a sociedade civil e dos próprios membros da sociedade civil entre si. Portanto, ainda que se tratasse de um regime autoritário, havia canais de comunicação entre o Estado e diferentes setores da Sociedade Civil, cujo diálogo nos ajuda a entender melhor a complexidade que havia por trás da estruturação do aparato repressivo, no qual a censura e, mais especificamente, a censura de temas morais estava inserida. Deles emerge também uma das características mais marcantes do regime militar brasileiro, especialmente quando comparado às suas congêneres latino-americanas, que foi a busca de legitimidade política. E esse anseio do regime em tornar-se legítimo perante a sociedade se traduziu, por exemplo, no uso ostensivo de formalidades jurídicas e diplomas que legalizassem seus atos mais espúrios através da promulgação de uma série de Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos-Leis, além de um gênero de documento bastante peculiar, que foram os chamados “Decretos-Secretos”, os quais permitiam que o regime militar legislasse para si só, a respeito de qualquer tema, sem que o restante da sociedade tivesse conhecimento do que era ou do que deixava de ser legal, já que os textos desses “Decretos-Secretos” não eram divulgados em qualquer publicação oficial. Dessa forma, o regime podia punir com base em leis que só ele conhecia, mais ninguém, inclusive aquele que havia sido punido e que não sabia que infringia uma lei, uma vez que ela não era levada ao conhecimento público.

A ênfase que esse trabalho dá na censura de temas morais exercida pelo Estado durante os anos do regime militar é de grande relevância para a produção historiográfica dedicada aos estudos da imprensa durante o regime militar, pois contribui para uma compreensão mais abrangente da censura praticada nesse período, além de demonstrar

que, mesmo ao adotar uma perspectiva política na análise histórica, é fundamental procurar compreender a dinâmica das esferas sociais e culturais, sob pena de incorrerem em uma análise parcial e unilateral.